

O espaço penal x indivíduo-presos: dinâmicas do espaço habitado.

CORDEIRO¹, Suzann

RESUMO

Esta pesquisa vem buscar, na psicologia, elementos que permitam, aos arquitetos, conhecer os fenômenos decorrentes da relação homem-espaço.

Desenvolvendo atividades o homem espacializa suas intenções dando-lhes forma física e criando lugares significativos. Assim é que as formas sociais, através das espacializações, relacionam-se com as formas físicas, criando lugares, os quais, por sua vez, influenciam as espacializações, pois as formas físicas expressas pela arquitetura e as formas sociais expressas pelos eventos, interagem. Assim, cada componente arquitetônico desempenha um papel singular em sua articulação com outros elementos e com a vida das pessoas para quem a arquitetura se oferece como linguagem e instrumento e, portanto, cada edificação revela-se como obra única no sentido das conexões que realiza entre os indivíduos que a habitam e o meio –condição para sua existência como arquitetura.

ABSTRACT

This study is seeking, in psychology, evidence to, architects, familiar with the phenomena arising from the relationship between man and space. Developing activities spatializes man his intentions by giving them physical form and creating meaningful places. So is that the social forms through the specializations, relate to the physical forms, creating places, which, in turn, influence the specializations, as expressed by the physical forms and architectural forms expressed by social events, interact. Thus, each architectural component plays a unique role in their articulation with other elements and the lives of people for whom architecture is offered as a tool and language, and therefore each building reveals itself as a work unique in the sense that the connections between place individuals who inhabit the middle and the condition for their existence as architecture.

PALAVRAS-CHAVE: Arquitetura prisional; Espaço prisional; Apropriação do lugar; Dinamicas do Espaço Habitado

¹ Professora Adjunta da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Alagoas – UFAL, Arquiteta e Urbanista, Mestre em Arquitetura e Urbanismo, UFAL, Maceió, AL, Doutora em Psicologia Cognitiva, UFPE, Recife, Pe, Brasil, site de consulta: www.suzanncordeiro.com, suzanncordeiro@hotmail.com

Na arquitetura penal, tema principal de nossas reflexões, observamos hoje de forma mais intensa um deslocamento da ênfase na análise de aspectos técnicos do edifício, sejam eles estéticos, funcionais ou econômicos, para o estudo das relações entre o indivíduo e a intervenção arquitetônica, propiciando a elaboração de propostas arquiteturais centradas no usuário e nas suas relações sociais, bem como nas implicações ecológicas das interferências realizadas. (ITTELSON, 1973; KOHLSDORF, 1996; COUTINHO, 1996).

A Psicologia, por sua vez, tem ampliado consideravelmente a própria concepção de sujeito, construindo-o de maneira a incluir suas relações com o mundo social e seus ambientes, assim redesenhando seu objeto de estudo, a exemplo do que têm proposto vertentes da psicologia cultural e do desenvolvimento, da psicologia social e da psicologia ambiental.

Apesar de uma linguagem funcionalista, aparentando inicialmente que indivíduo e instituição são duas coisas distintas, podemos perceber como sujeitos e instituições se produzem mutuamente, numa completa implicação: as práticas institucionais produzem sujeitos como efeito dessas práticas, que por sua vez são tomados como alvos de manutenção delas ou se organizam como focos de resistência à ordem institucional, através do uso dos espaços e/ou componentes arquitetônicos que se configuram em elementos de negociação.

Assim, cada elemento arquitetônico desempenha um papel singular em sua articulação com outros elementos e com a vida das pessoas para quem a arquitetura se oferece como linguagem e instrumento e, portanto, cada edificação revela-se como obra única no sentido das conexões que realiza entre os indivíduos que a habitam e o meio – condição para sua existência como arquitetura.

Enquanto produto cultural, o espaço é constituído a partir de práticas sociais concretas que indicam a possibilidade de um fazer compartilhado e significativo. De fato, o espaço construído é lugar do sujeito, feito por sujeitos, para sujeitos. As análises sobre as articulações de sentido acerca do espaço possibilitam, então, a

compreensão de como este foi estruturado, como os indivíduos organizam sua sociedade e como a concepção e usos que se fazem do espaço sofre mudanças, tendo em vista que um “autor” o constrói para um “usuário” que recria o espaço a partir de seus próprios processos de produção de sentidos(CORDEIRO, 2009).

A análise sobre a arquitetura penal revela que a prisão não adveio de um planejamento espacial, mas do surgimento da necessidade de espaços para o cumprimento da pena, que foi se aperfeiçoando com idéias e regras discutidas e incorporados pelos Tratados e Convenções Internacionais, na legislação e nas resoluções, mas sem reflexões espaciais que respaldassem o planejamento deste espaço para atender aos objetivos penais, ajustando-se de maneira cíclica (da necessidade emerge o espaço necessário, que provoca o surgimento de nova necessidade) ao objetivo da pena.

Ao elaborar o projeto arquitetônico de uma unidade penal, o arquiteto o faz espacializando o cenário para as práticas sócio-culturais que aí acontecerão. A utilização de um espaço adequado ao uso de acordo com as necessidades do usuário que irá ocupá-lo nem sempre é adotada como critério para a elaboração do projeto, uma vez que o preso não apresenta suas necessidades para a definição do programa de necessidades, não sendo configurado como o cliente. A definição do programa de necessidades é imposta pelo Estado, empregando-se, portanto, a vingança social identificada no trabalho de Foucault(1987), e ratificada em diversos outros (GOFFMAN, 1961; et. al.)

Isto posto, necessitamos compreender como se dá a emergência de novas configurações espaço-temporais dentro do ambiente prisional e como a arquitetura **pode funcionar** como mediadora do desenvolvimento do sujeito, enquanto em constante construção, a partir de sua adaptação ao ambiente, se apropriando e negociando os componentes arquitetônicos.

Nesse sentido, é importante não perdermos de vista o fato do espaço que nos propomos a estudar ser, acima de tudo, o meio ambiente *trabalhado* para uso dos grupos humanos, sendo, portanto, o *espaço da vida*, ou ainda, como afirma Svensson, citando Marx, o “*locus*

standi”, que expressa o lugar em que se está, no qual se atua (op cit, 1992).

As observações quanto às transformações de toda ordem ocorridas no espaço penal, permitiu-nos ponderar sobre a possibilidade de considerá-las como respostas ao espaço construído, entendendo-se a relação espaço-homem como dialógica, onde o uso dos espaços se re-organiza dinamicamente. Isto não significa dizer que, sempre que o usuário refaz o espaço, o arquiteto falhou, mas que existe um sistema que se coaduna com o espaço arquitetônico, num movimento de retroalimentação, onde se torna necessário conhecer as práticas emergentes neste espaço, para compreender melhor a lógica que o constitui.

1.1. O sistema e seus limites

Uma vez que a utilização da palavra ‘sistema’ para se referir a todo o espaço aqui investigado, assim como as relações sociais, dentre outros aspectos, é recorrente, entendemos ser relevante refletir sobre esta palavra. Segundo da Silva (2007), “*sistema designa as práticas culturais de um contexto, num sentido abrangente, como se tudo o que ali está, constitui o sistema, incluindo-se também o espaço construído*”(op. Cit, p.186).

Como proposta de totalidade, o sistema pode ser visto de duas maneiras: a partir do todo, assim como pelas partes, embora acreditemos que qualquer uma das visões é parcial, permitindo uma apreensão de sistema que parece atrofiada.

Estas reflexões se coadunam com a *teoria ecológica do desenvolvimento* (BRONFENBRENNER, 1979;1996), que propõe o sujeito em desenvolvimento inserido em diversos contextos. Esses contextos são muito mais do que simples ambientes (no sentido do espaço imediato que circunda o indivíduo) e, devido à sua complexidade e abrangência, são chamados *sistemas*, multidimensionados e organizados em diferentes níveis. A teoria ecológica do desenvolvimento define um modelo ecológico onde é possível compreender a relação entre homem e meio ambiente e o conseqüente desenvolvimento desta. O sujeito é colocado no centro,

de forma dinâmica, enquanto que, em seu entorno, vão se criando níveis diferenciados de interações ou transições.

Spirn (1995), por outro lado, enfatiza a importância dos edifícios de serem entendidos não só como sistemas em si mesmos, mas como uma pequena peça do “ecossistema metropolitano global”, em que os edifícios seriam considerados micro ecossistemas.

Cada edifício é assim, parte integrante de um todo de modo que podem ser catalisadores da qualidade do ecossistema e do seu entorno. Até as Instituições Totais, e em particular os edifícios penais, isoladas por componentes arquitetônicos delimitadores/segregadores, como os muros, por exemplo, são também constituintes desse ecossistema maior, pois parecem estabelecer trocas com o entorno próximo e com o restante do ecossistema, como por exemplo, quando “ocultam” as práticas de aplicação da Lei de execução Penal em estabelecimentos penais dos olhares dos indivíduos extra-muros.

Traçando um recorte na perspectiva ecológica, consideramos que o sujeito está inserido em diversos contextos e, por conseguinte, espaços. Esses espaços são muito mais do que simples ambientes (no sentido do espaço imediato que circunda o indivíduo) e, devido à sua complexidade e abrangência, são considerados como delimitadores físicos dos chamados sistemas, multidimensionados e organizados em diferentes níveis.

Tentando articular a Teoria ecológica do desenvolvimento, onde Bronfrenbrenner (1996) concebe o ambiente ecológico como um conjunto de estruturas concêntricas, onde uma está contida na outra, com a discussão sobre o Ecossistema urbano de Spirn, arriscamos uma classificação onde o **microecossistema** seria aquele mais próximo à pessoa, constituído pelos ambientes que com ela interagem mais imediatamente, estabelecendo-se um vínculo primário, como a casa, por exemplo; O **mesoecossistema** pode ser considerado como tecido que interconecta os microecossistemas, enquanto que o **exoecossistema** se constituiria dos ambientes que não estão em contato direto com a pessoa em desenvolvimento, mas que a influenciam indiretamente.

O **macroecossistema**, mais amplo, seria o cenário do contexto cultural em que a pessoa se insere – os valores, costumes e estruturas

institucionais, considerando-se que é impossível estudar o indivíduo e o processo de construção de sua identidade, sem considerar os contextos em que os comportamentos se dão.

“Retire o ambiente e você não tem mais o sujeito; retire o sujeito e você não tem mais o ambiente” (BALDWIN apud MEIRA, 2007)

O sujeito, portanto, se constrói a partir de um conjunto de processos através dos quais as particularidades do indivíduo e, dentre outros, as multideterminações espaciais passam a interagir, produzindo mudanças nas ações e características do indivíduo ao longo de sua vida.

Dessa forma, a constituição do indivíduo enquanto sujeito pode ser concebida ainda como o processo pelo qual o indivíduo se desenvolve, se torna gradualmente mais ativo e capaz de se envolver em atividades funcionais e significativas para si mesmo, em estruturas ambientais com diferentes níveis de exigência e complexidade.

1.2.O espaço penal como ecossistema

Procurando entender o espaço penal, na sua composição por partes, entendendo o todo institucional, consideramos que a instituição, através da formulação de políticas e marcos institucionais, representada pelo espaço geral da unidade penal, deste ponto de vista, é aqui considerada um modelo reduzido de macroecossistema.

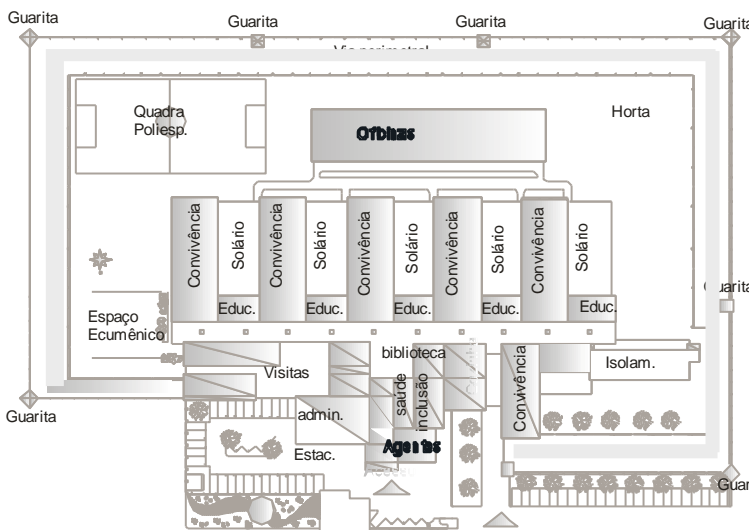


Figura 1: Esquema de zoneamento de Unidade Penal pesquisada (Macroecossistema).

Fonte: Cordeiro, 2009.

As relações modulares, através de seus modelos de organização e participação, delimitadas espacialmente pelos espaços arquitetônicos, interconectando os microecossistemas, aqui compoem o que consideramos mesoecossistema.

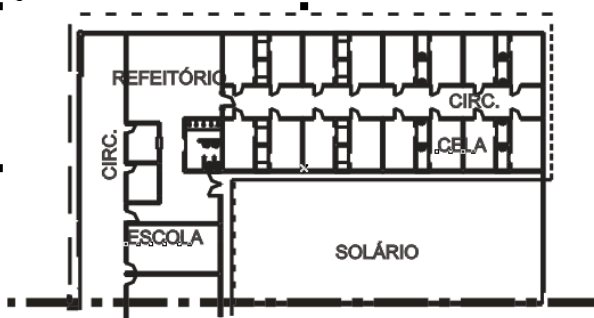


Figura 2: Croqui divisões do Módulo de Convivência (Mesoecossistema)

Finalmente, o microecossistema, ou seja, as relações sociais no campo privado delimitado pela Cella, em seu papel transcendente de proteção, cuidado e satisfação das necessidades imediatas do indivíduo, em um nível mais interno se constituindo no ambiente imediato do desenvolvimento ou os settings que contêm o indivíduo em determinados momentos de seu cotidiano.



Figura 3: Foto cela desabitada, 2002.

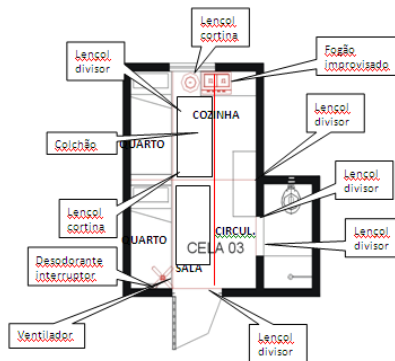


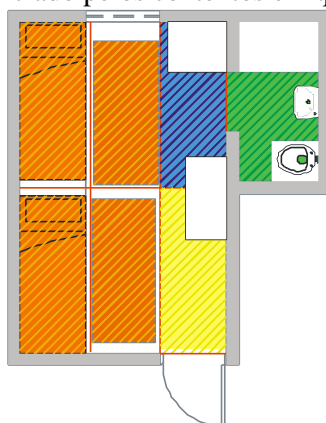
Figura 4: Esquema de layout da cela ocupada, 2006.

Algumas condições são, aqui, consideradas como facilitadoras para o estabelecimento e a manutenção das interações entre indivíduos. Dentre elas destacam-se: os parceiros das relações, as características sócio-culturais e históricas do grupo; características organizacionais ou aspectos sociais do ambiente (como a presença do indivíduo mediador, por exemplo) e características do ambiente físico imediato do indivíduo, principalmente objetos disponíveis e a organização ou arranjo espacial.

Alguns aspectos merecem destaque nessa teoria. O primeiro seria que o indivíduo não é considerado como uma tábua rasa na qual o meio provoca seu impacto, mas como um indivíduo em transformação, em crescimento e dinâmico, que gradualmente atua e reestrutura o meio no qual está inserido; O segundo aspecto a ser considerado é o fator reciprocidade: o ambiente exerce influência direta sobre o indivíduo e o solicita a interagir, existe uma acomodação mútua e bidirecional; O último ponto a ser considerado como relevante à teoria seria o fato da relevância do ambiente para

os processos envolvidos no desenvolvimento. Porém, deve-se ter claro que não apenas o ambiente próximo, único e imediato faz esse papel, mas também toda a influência externa oriunda de meios mais amplos poderá interferir no curso de vida do indivíduo.

No caso desta pesquisa, considera-se os diferentes ambientes em função das suas espacializações, que delimitam as relações sociais. A partir desta perspectiva é possível descrever como se dá a relação indivíduo-ambiente, tanto influenciando como sendo influenciado pelos contextos em que se insere.



LEGENDA - ZONEAMENTO DA CELA NO DIA-A-DIA

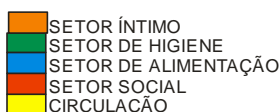
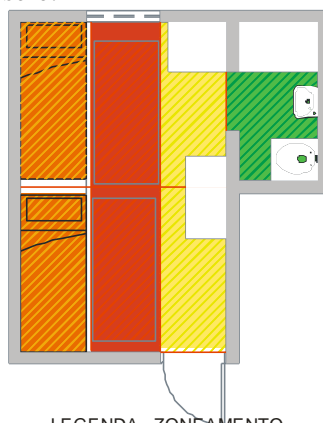


Figura 5: Esquema de territorialidade da cela em dias sem visitas.



LEGENDA - ZONEAMENTO DA CELA EM DIA DE VISITAS

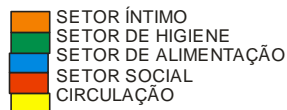


Figura 6: Esquema de territorialidade da cela em dia de visitas

Para efeitos de organização do texto, enumeramos os artefatos, na tentativa de montar uma descrição detalhada de cada um, individualmente, mesmo assumindo que suas explicações implicam em articulações com outros artefatos do mesmo subsistema ou de outros subsistemas mais abrangentes, contudo, esta forma pareceu ser a mais adequada.

1.3. A porta

Como foi dito anteriormente, a porta, bem como a janela, foram executadas com grades de ferro, vazadas, com o objetivo de aproveitar a ventilação e a iluminação naturais, abundantes nesta região, já que, dentro das celas, a orientação da administração, quando da elaboração do projeto, era o uso proibido de eletrodomésticos dentro das celas.

Sua localização em paredes opostas e disposta uma de frente para a outra tinham, no planejamento, o objetivo de permitir uma maior velocidade da circulação de ventos, objetivando um maior conforto térmico no interior deste ambiente.

Observou-se, contudo, que a necessidade de privacidade era maior que a de conforto térmico, porque ambas, portas e janelas, eram vedadas com lençóis em todas as celas de todas as unidades, inclusive nas portas executadas de chapa, com visor superior, para manter a privacidade dos indivíduos dentro da cela.



Figura 7: Cortina na entrada da cela



Figura 8: regra de entrada na cela escrita na parede: "Bata 3 vezes antes de entrar"

Assim, quando a cortina está fechada, ninguém pode entrar na cela sem permissão. A regra é bater três vezes na parede, esperar que o indivíduo no interior da cela permita a entrada, afaste a cortina, e aí, pode-se entrar neste ambiente. Quando a cortina está levantada, todos podem entrar nas celas de todos, desde que tenham bons relacionamentos uns com os outros.

1.4. A parede

A parede é utilizada como limite entre as celas, sendo o componente arquitetônico delimitador do que, aqui, consideramos microsistema. Contudo, observou-se que em todas as celas, as paredes se apresentavam repletas de figuras, fotos, desenhos, buracos, etc., sendo necessário descobrir os motivos que levaram àquela situação.

A partir dos diálogos, começamos a entender que as paredes eram utilizadas para informar regras (figura 9), contatos (figura 10), efetuar tipos de contagem (contagem de tempo, contagem de pessoas, contagem de horas, etc.), fixar outros artefatos não previstos dentro da cela.



Figura 9: 10 mandamentos da prisão

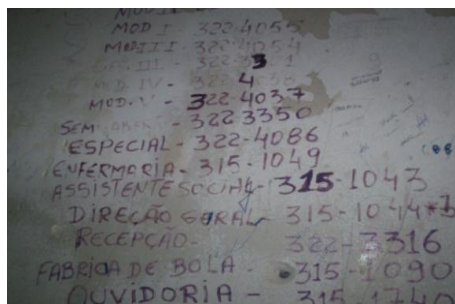


Figura 10: Lista telefonica do sistema prisional

Nos mesossistemas, a parede também desempenha funções interessantes mais destinadas à coletividade, sendo utilizada sempre como base para algum tipo de expressão gráfica, quer seja uma homenagem, um aviso, informações, etc.

1.5. A cama

Como demonstrado anteriormente, a utilização da cama é negociada pelos indivíduos em todas as celas que apresentam uma ocupação de mais de um indivíduo.

Este artefato corresponde a um subsistema dentro do microsistema, que parece ser resultado da apropriação espacial, incluindo exemplos que evocam o conceito de territorialidade.

Demarcação espacial, estratégias de conquista, signos de defesa e definições simbólicas da identidade individual parecem constituir o centro essencial desta seleção.

A apropriação territorial neste estudo refere a todas as ações que são orientadas por uma construção visual de definição de fronteiras territoriais reconhecidas como tais, e pontuadas de um lugar particular.

A cama, enquanto artefato cultural, é utilizada para dormir, repousar, sobre ela. No entanto, encontramos vários outros usos, como ‘cobertura’ para o ‘come-quieto, como apoio para objetos, sendo elemento de negociação por parte das relações entre indivíduos. Em alguns módulos, a cama é denominada ‘jegue’, fazendo uma alusão à montaria, porque alguns podem estar ‘montados’ e outros não podem, conforme explicado anteriormente.

Há uma negociação entre os ocupantes das celas, que se organizam em pares de acordo com sua situação conjugal: dois casados e dois solteiros por cela. Os dois casados dormem nas camas, enquanto que os solteiros dormem em colchões, no chão, deixando as camas superiores das beliches inutilizadas como artefatos “cama”, passando a desempenhar a função de “cobertura” que abriga o lugar delimitado pelos lençóis para o período de encontros íntimos. Essa organização se deve ao período de visitas, em que os casados ficam dentro das celas, com suas esposas, e os solteiros ficam fora das celas, no espaço modular.

Percebe-se, por parte do sujeito, a necessidade de modificar a cela de acordo com a necessidade do seu morador, principalmente em função da dinâmica de ocupação, onde a cela não é ocupada por apenas um indivíduo. Cada morador modifica seu espaço, permitindo a emergência de um novo espaço, o qual promove o surgimento de novas necessidades e, conseqüentemente, novas ações de apropriação.

1.6. Conclusão

Apesar de uma linguagem funcionalista, dando a entender, inicialmente que indivíduo e instituição são duas coisas distintas, podemos perceber como sujeitos e instituições se produzem mutuamente, numa completa implicação: as práticas institucionais

produzem sujeitos como efeito dessas práticas, que por sua vez são tomados como alvos de manutenção delas ou se organizam como focos de resistência à ordem institucional, através do uso dos espaços e/ou componentes arquitetônicos que se configuram em elementos de negociação.

Encontra-se, assim, uma categorização subjacente à relação entre o sujeito encarcerado e o espaço penitenciário, em função dos espaços generalizantes anteriormente descritos, onde se percebe que, ao mesmo tempo em que o espaço vai se tornando mais impositivo, o sujeito nele inserido o modifica, respondendo à sua imposição, donde se supõe que os limites determinados pelo espaço, ao mesmo tempo, oferecem uma gama de novas possibilidades que emergem da relação espaço-presos.

Responsivo às alternativas colocadas pela arquitetura o sujeito – aqui não nos referimos exclusivamente ao preso - o faz aceitando-se, delas discordando, modificando-as, retendo certos elementos nela existentes, transformando-os em novos elementos para os quais vai procurar novos significados.

Este processo irá orientar a ação do indivíduo, pois sendo um ser que responde ao seu ambiente, o faz dando as respostas possíveis naquele momento em função dos limites e possibilidades que a realidade espacial lhe oferece. Esses novos elementos podem, no momento subsequente, se transformar em novas possibilidades de tal modo que vão formando gradativamente os vários níveis de mediação que aprimoram e complexificam a atividade do homem, bem como enriquecem e transformam sua existência.

Estas articulações da teoria ecológica de Bronfenbrenner nos levam a buscar compreender como, então, se daria a relação do indivíduo com os componentes arquitetônicos, que - como dito acima - funcionam, numa primeira visão, como delimitadores dos sistemas de relações entre os indivíduos, nos ambientes, mas não apenas como delimitadores, mas como reguladores dos sistemas de relações.

Não obstante esta delimitação espacial, observamos que estes subsistemas estão intimamente articulados e inter-relacionados, sofrendo interferências mútuas entre si. Estas interferências, por vezes, modificam os subsistemas, ampliando ou reduzindo-os, fato

que nos leva a uma articulação destes conceitos com o conceito de Zonas de Construção.

Consideramos que o desenvolvimento das ações ocorre no tempo, e mediante um processo de transformação que resulta de complexas inter-relações que se estabelecem entre o indivíduo e o ambiente sócio-cultural e espaço-temporal, processo este que também é orientado para o futuro. O importante dessa concepção integrada de passado-presente e futuro representa a abertura de um espaço-tempo para a indeterminação dos processos desenvolvimentais, onde a construção e a emergência do novo se torna possível (VALSINER, BRANCO & DANTAS, 1997).

Quando focalizamos o mundo subjetivo da pessoa, vemos este sendo construído e reconstruído constantemente a partir das relações dinâmicas e de contínua transformação que ela estabelece com o mundo externo e objetivo, culturalmente mediado. Destaca-se que o caráter ativo do sujeito na construção de seu próprio desenvolvimento, bem como a participação efetiva das sugestões sociais presentes nos mecanismos de canalização cultural, orienta os limites físicos e semióticos que atuam nos processos interativos entre o indivíduo e o contexto (VALSINER, 1998; VALSINER & COLS, 1997 apud PALMIERI, 2004), ainda que o indivíduo subverta estes mecanismos de canalização cultural, numa emergência de ações orquestrada por Zonas de Construção prescritivas que atualizam as anteriores.

Observa-se, portanto, a função mediadora/reguladora do espaço nas relações com o indivíduo e entre os indivíduos que o ocupam, atravessadas pelo tempo.

Por essas definições, o ambiente não age em resposta a ação do homem, isoladamente, nem o homem imprime ao espaço modificações isoladas. O espaço construído, enquanto síntese, funciona como regulador, uma vez que pretende ordenar as ações do sujeito, o qual, ao mesmo tempo em que tem suas ações reguladas, modifica o espaço, re-organizando-o, o que dispara uma variabilidade na ordenação das ações do próprio sujeito.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BALDWIN, J. M. Personality-suggestion. *Psychological Review*, 274-279, 1894.
- . *social and ethical interpretations in mental development*. New York: MacMillan, 1897.
- BENTLEY, I. et al. *Responsive environments. A manual for designers*. London: Architectural Press, 1991.
- BERGSON, Henri. *L'Evolution créatrice*. Genève: Editions Albert Skira, 1945.
- BRONFENBRENNER, U. *A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados*. Tradução: Maria Adriana veríssimo Veronese. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.
- . Developmental exology through space and time : a future perspective. In: *Examining Lives in Context: Perspectives on the Ecology of Human Development*, por Glen H. Edler & Kurt Luscher Phyllis Moen, 619-647. Washington: American Psychological Association, 1995.
- . *The Ecology of Human development: Experiments by Nature and Design*. Cambridge: Harvard University Press, 1979.
- BRONFENBRENNER, U., e STEPHEN, Ceci. Nature-Nurture Reconceptualized. *Developmental Perspective - a Bioecological Model* 101 v.4, 568-586, 1994.
- COLE, A. L. "Teacher development partnership research: a focus on method md issues." *American Educational Research Journal*, 473-495, 1993.
- COLE, M. *Culture psychology: a once and future discipline*. Cambridge: The Belknap Press of Harvard University Press, 1998.
- DA SILVA, Dinorá Fraga. *Inserção epistemológica da teoria da complexidade nos estudos lingüísticos: sobre fragmentos e totalidades*, Calidoscópico, Vol. 5, n. 3, p. 185-189, set/dez 2007
- GOODWIN, C. Action and embodiment within situated human interaction. *Journal of Pragmatics* n.32, 1489-1522, 2000.
- . Time in action. *Current Anthropology* 43, Special issue "Repertoires of Timekeeping in Anthropology ed.: 19-35, August-October de 2002.

- . The semiotic body in its environment. In: *Discourses of the body*, por C. Goodwin, edição: Justine Coupland e Richard Gwin, 19-24. New York: Palgrave/Macmillan, 2003.
- . “Visual analysis. An Etho methodological Approach.” In: *Handbook of Visual Analysis*, por C. Jewitt T. Van Leeuwen, 157-182. London: Sage Publications, 2000.
- NEWMAN, D.; GRIFFIN, P.; Cole, M.. *The construction zone: Working for cognitive change in school*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.
- PERES, Flávia Mendes de Andrade e. *Diálogo e autoria: do desenvolvimento ao uso de sistemas de informação*. Tese de doutorado, Pós-graduação em Psicologia cognitiva, Universidade Federal de Pernambuco, Recife: UFPE, 2007.
- SPIRN, A. W. Projeto do ecossistema urbano. In: SPIRN, Anne W. O jardim de granito – a natureza no desenho da cidade. São Paulo: EDUSP, p. 267-287, p.271, 1995.
- VALSINER, J. *Culture and Human Development: An Introduction*. London: Sage, 2000.
- . Semiotic Autoregulation: Dynamics sign hierarchies constraining the Stream of Consciousness. *Seminar on symbolic forms*. Paris, fevereiro de 2004.
- . The Overwhelming World: Functions of Pleromatization in creating diversity in cultural and natural constructions. *Journal*, 2006.
- . *The semiotic construction of solitude: Process of internalization and externalization*. Vol. 1. Sign System Studies, 2006.
- . The Street. *Ment, Territori i Societat*, 2004.
- . Beyond social representations: a theory of enablement. *no prelo* 12 7.1-7.16, 2003.
- . Cultural Regulation and the Development of Children's Action at Mealtimes. 2004.
- . *Culture and Human Development: An Introduction*. London: Sage, 2000.
- . Irreversibility of time and ontopotentiality of signs. *Estudios de Psicologia*, 2002: 49-59.
- . The concept of attractor: How dynamics systems theory deals with future. *2nd International Conference on Dialogical Self*, 2002.

- . Forms of Dialogical Relations and Semiotic Autoregulation within the Serf. *Theory and Psychology*, 251-265, 2002.
- VALSINER, J.; VAN DER VER, R. *The Social Mind: Construction of Idea*. Cambridge: Cambridge Um Press, 2000.
- VALSINER, J.; BRANCO, A. U.; DANTAS, C. Co-construction of human development: Heterogeneity within parental belief orientations. In: *Parenting and children's internalization of values*, por J. E. Grusec e L Kuczynsky, 283-304. New York: Wiley, 1997.
- VENTURI, Robert et al. *Aprendiendo de Lãs Vegas: el simbolismo olvidado de la forma arquitectónica*. Barcelona: Gustavo Gili, 1982.
- VYGOTSKY, L. *Formação Social da mente*. são Paulo: Martins Fontes, 1987.
- . *Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem*. São Paulo: Ícone, 1988.